

JESHÚA BEN JOSEF, AS ORIGENS DO CRISTIANISMO

Omar Moisés Rossáinz Rodríguez*

I. INTRODUÇÃO

O cristianismo mostra-se, em algumas ocasiões, como um todo, composto de duas partes: a herança recebida do Antigo Testamento, e o que a ela acrescenta, precisa e complementa Jeshúa Ben Josef. Também há uma ideia inequívoca em menção ao trabalho desse personagem, ao dizer que ele estava na contramão do judaísmo. Ao contrário, ele não pretendia abrogar ou sequer reformar a lei judaica. Segundo Paulo de Tarso, Jeshúa nasceu “... sob a lei, para remir os que estavam debaixo da lei...” (Gálatas 4.4-5), e “Digo, pois, que Jesus Cristo foi ministro da circuncisão, por causa da verdade de Deus, para que confirmasse as promessas feitas aos pais” (Romanos 15.8).

A concepção vigente é que o cristianismo é próprio de uma mentalidade não preocupada com a História, e supõe um autêntico esfacelamento, um tirar o cristianismo de seu contexto histórico, no marco do pensamento religioso do Império Romano do primeiro século, isto é, nos momentos que nasce essa confissão religiosa. É minha intenção situar o cristianismo entre as religiões de seu tempo, indicando como se compreende melhor os variados aspectos da ideologia cristã, se os consideramos como herdeiros não só do Antigo Testamento, senão de múltiplos aspectos da religiosidade dos povos do Mediterrâneo oriental, em uma época tão rica e complexa.

Os dois principais objetivos da presente investigação são: primeiro, indicar o lugar que corresponde a Jeshúa Ben Josef entre as diversas

* Facultad de Filosofía y Letras UNAM. Assessora: Dra. Carolina Olivares Chávez, Instituto de Investigaciones Filológicas UNAM. Trabalho de Investigação em Filologia Clássica, Filosofia da Religião e Teologia. 17 de março de 2014

correntes do judaísmo de seu tempo; e segundo, valorizar o impacto que os seus ensinamentos, vida e morte produziram no cristianismo.

II. A HERANÇA DO JUDAÍSMO

É evidente que o cristianismo é filho do judaísmo, ou melhor, o cristianismo surgiu como uma forma peculiar de entender o judaísmo. Em certas regiões da Ásia Menor e Europa, ele evoluiu rapidamente, até constituir-se em nova religião, sobretudo por influência da concepção religiosa global de um de seus propagadores mais conspícuos, Paulo de Tarso.

A Bíblia e a tradição judaica legam ao cristianismo o dogma de um Deus único e pessoal, que transcende o mundo, mas que tem com ele um contato contínuo. Antonio Piñero, em *Momentos estelares do mundo antigo*, diz:

Ainda que este Deus seja invisível, o israelita O foi conhecendo através de sua manifestação histórica com respeito ao povo de Israel e pela revelação de si mesmo nos heróis nacionais, sacerdotes e profetas, recolhida em um livro por antonomásia (170).

A relação entre Deus e sua criação era concebida pelos judeus em termos de aliança. Da parte de Deus, significava uma obrigação de provedor e a outorga de uma Lei; da parte do homem, o cumprimento estrito dessa Lei. A religião do Antigo Testamento é uma religião de uma Lei e de um livro, onde se manifesta a vontade de Deus e a sua ação salvadora na História. O cristianismo será herdeiro de uma religião que faz constante referência a uma exigência moral perfeitamente articulada em claros preceitos.

Na religião oficial politeísta da Grécia e Roma, mal existe o conceito de pecado, pois para cada tipo de comportamento, inclusive o mais absurdo, podia ser apresentado o exemplo de atuação de alguma divindade. No judaísmo da época de Jesus, ao contrário, era não somente a transgressão fáctica da lei divina, senão todo ato de desobediência interna, traduzido em desconfiança para o poder de Deus, para o seu governo do povo, ou para as exigências e disposições íntimas que comporta a aliança (172-173).

III. A HERANÇA DA RELIGIOSIDADE E A FILOSOFIA HELENÍSTICAS

O pensamento mais agudo que cultivava a filosofia na época do nascimento do cristianismo tinha chegado a formular um monoteísmo prático, assim propõe Antonio Piñero:

Os deuses eram teoricamente aceitos, mas eram relegados à função de meros demônios, entidades secundárias entre o homem e o único ser verdadeiramente divino: o Deus único. O conhecimento desse ser supremo não representou um problema especial para a maioria das pessoas durante o helenismo (173).

Acrescentava-se também a ideia de que, com a prática das virtudes, a mente ficava purificada e podia conseguir de forma natural um melhor conhecimento da divindade. A ética estoica desfrutava de uma enorme difusão no helenismo tardio. Igualmente, o sistema ético do platonismo era bem acolhido. De outro lado, os cínicos encarregavam-se de propalar sobretudo a ideia de que devia ser dado o maior cuidado possível à alma, prestando ao corpo só a indispensável atenção. A virtude era consubstancial com a natureza humana, e podia ser praticada de maneira autônoma, sem a ajuda da divindade, vivendo de acordo com a natureza.

O mundo da Grécia e de Roma não fazia outra coisa do que se unir a uma corrente amplamente existente já em todo o Oriente Médio: os faraós do Egito, encarnação dos deuses, e a religião assírio-babilônica, para os quais o monarca era o representante natural da divindade por razão de seu cargo. Igualmente, o mundo helenístico-romano estava acostumado que as boas-novas da salvação feitas por esses seres semidivinos se denominassem “boa-nova” ou “evangelho”, e encontramos uma terminologia semelhante à cristã quando os mesmos textos nos falam da “graça, bondade e a filantropia” do imperador.

Na Grécia, a partir do século sexto a.C., começou a difundir-se uma doutrina sobre o destino do ser humano depois da morte. Ela era o resultado de uma concepção do homem em duas partes diferentes: alma, superior, espiritual, e corpo, inferior, material. Logicamente, essas duas partes tão diversas deviam ter diferentes destinos. Nesses tempos, chegou-se à convicção da existência de prêmios e castigos para os homens depois da morte, de acordo com o seu comportamento nesta vida:

Insistia-se sobretudo nas noções de “descanso” depois da fadiga da vida, na “contemplação” feliz de Deus, ou na participação em um “banquete” perdurável com os deuses em um gozo eterno. Os segundos castigos situaram-se no Hades, também chamado de inferno. As descrições desse lugar são no mais profundo da terra, com seus terríveis castigos, sua imensa escuridão, e sua duração eterna (176-177).

A vida de um membro de uma religião não concluía com a morte física. A divindade a que se tinha consagrado era também dona das potências infernais e podia protegê-lo delas: deste modo, o iniciado conseguia a salvação.

Por meio do judaísmo helenístico, chegaram ao Novo Testamento certas concepções teológicas básicas que procedem do complexo mundo das religiões indo-iranianas. Sobretudo, o ideário fundamental da *gnosis* com o dualismo essencial, que interpreta a existência humana em seus aspectos positivos e negativos, como o produto de uma luta entre duas potências espirituais contrárias:

O ser humano é um resumo de todo o universo. A parte superior procede de Deus; por sua vez, a inferior vem da matéria, e acha-se sujeita às suas leis. A parte superior é consubstancial com a divindade, deve-se tentar retornar ao Um para se fundir com ele e escapar da perversão da dualidade presente (181).

A salvação consiste, pois, em uma **ascensão** do espírito ao mundo superior, libertando-se do inferior, mau e perverso. Para ajudar, ou melhorar, para conseguir realizar este processo, o mundo superior envia um Redentor.

IV. JESHÚA BEN JOSEF

O império romano era o poder dominante quando nasceu Jeshúa. Os evangelhos mencionam (Marcos 6.3; Mateus 8.55) que Ele era o filho de um carpinteiro de Nazaré, na Galileia; é possível que Ele também seguisse

o mesmo ofício. Seu nascimento foi no ano 4 ou 5 a.C.;¹ segundo a tradição judia messiânica,² isto foi predito pelos profetas do Antigo Testamento, como Isaías, Jeremias, Daniel etc.; eles aludem em seus livros ao Messias ou Salvador do povo judeu:

Portanto, o Senhor mesmo vos dará um sinal: eis que uma virgem conceberá, e dará à luz um filho, e será o seu nome Emanuel [...] Porque um menino nos nasceu, um filho se nos deu; e o governo estará sobre os seus ombros; e o seu nome será: Maravilhoso Conselheiro, Deus Forte, Pai Eterno, Príncipe da Paz. Do aumento do seu governo e da paz não haverá fim, sobre o trono de Davi e no seu reino, para o estabelecer e o fortificar em retidão e em justiça, desde agora e para sempre; o zelo do SENHOR dos exércitos fará isto (Isaías 7.14; 9.6-7).

Seu Nascimento, de acordo com o relato dos evangelhos, foi de maneira sobrenatural, pois não foi concebido por um homem, senão pelo Espírito Santo. “O nascimento de Jesus Cristo foi assim: estando desposada Maria sua mãe com José, antes que se juntassem, se achou que tinha concebido do Espírito Santo” (Lucas 1.26-35).

Naqueles tempos, dentro da comunidade judia, os carpinteiros tinham fama de ser instruídos, e ainda que Jeshúa não tivesse o título acadêmico de “rabino”, seu conhecimento da cultura judia sobressaía a tal grau, que

¹ Os romanos geralmente datavam todos os eventos a partir da fundação de Roma, *anno urbis*. No século sexto, o papa tinha um novo calendário preparado, que datava todos os acontecimentos a partir do nascimento de Jesus. O papa comissionou um monge, chamado Dionísio, para que fizesse o trabalho. Esse calendário, foi gradualmente adotado ao longo do mundo cristão. Os eruditos da atualidade têm encontrado que algumas das datas da história romana do começo da era cristã não são compatíveis com o calendário de Dionísio. Por exemplo, de acordo com os registros romanos, Herodes, o grande, que governava na Judeia quando nasceu Jeshúa, morreu no ano 750 *anno urbis*. Dionísio fixou o nascimento de Jeshúa no ano 750 *anno urbis*, em contradição aparente com datas bem estabelecidas de registros romanos. Jeshúa nasceu, provavelmente, no ano 749 ou 750 *anno urbis*, que é quatro ou cinco anos antes da data de nosso calendário comumente aceito. Portanto, na literatura moderna, os eruditos fixam o seu nascimento no ano 4 ou 5 a.C. (THOMSON, 1494).

² A palavra “messiânico” ou “messianismo” (que procedem de “Messias”, semânticamente têm como raiz o *azeite* em hebraico, com que se consagra o ungido, em hebraico: *meshiakh* משיח; em grego: *khristós*, Χριστός). Por isso, em Antioquia denominou-se comunidade dos seguidores de Jeshúa ben Josef: *krhistianói* (messiânicos) (DUSSEL, 12).

à idade de 12 anos já dialogava no templo com doutores e rabinos da Lei, eles se assombravam de sua inteligência (Lucas 2.46-47; 4.22).

Risto Santala, em seu livro, *Paulo, O homem e o mestre à luz das fontes judias*, menciona como era a instrução dos meninos no tempo de Jeshúa: “Iniciava-os na Torah e destrezas manuais, isto é, uma profissão, a qual significava estudar ‘as coisas do céu’ e da vida prática”, portanto, conhecia a fundo a lei hebraica e sua exegese tradicional. Ademais, estava familiarizado com o pensamento religioso e ético judeu, podia observar as múltiplas prescrições legais implicadas na lei mosaica e a tradição oral judia: “E Jesus crescia em sabedoria e em estatura, e em graça para com Deus e os homens” (Lucas 2.52).

Ainda que tenha nascido em uma simples manjedoura (2.7), superou-se, e vestiu a melhor roupa de sua época, usava túnicas sem costuras e estas eram as melhores do momento; tanto que os soldados romanos, antes de o crucificar, jogaram sortes sobre elas para as repartir entre si (João 19.23-24).

Aos 30 anos de idade, começou a ensinar a sua doutrina ética moral. A sua mensagem era de redenção e salvação; fundamentado no amor a Deus, o amor ao próximo (filantropia e perdoar aos seus inimigos) e o cumprimento da lei mosaica. Isso ele fez durante três anos e meio. Nesses anos, ainda que Jeshúa não fosse membro da comunidade farisaica, ele estava de acordo com a interpretação da lei proposta pelos fariseus, mas não na dupla moral da ortodoxia, pois eles pregavam e impunham preceitos que não cumpriam:

Então falou Jesus às multidões e aos seus discípulos, dizendo: Na cadeira de Moisés se assentam os escribas e fariseus. Portanto, tudo o que vos disserem, isso fazei e observai; mas não façais conforme as suas obras; porque dizem e não praticam. Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! porque sois semelhantes aos sepulcros caiados, que por fora realmente parecem formosos, mas por dentro estão cheios de ossos e de toda imundícia (Mateus 23.2-3, 27).

Isso provocou que esse grupo conspirasse na contramão de Jeshúa, acusando-o de sublevação contra o Império Romano, ao se dizer “Rei dos judeus e Salvador deste mundo”. Foi assim que as autoridades romanas iniciaram o seu julgamento. Os romanos crucificaram Jeshúa por **sedição** depois de seus confrontos com as autoridades saduceias do Templo em Jerusalém. Após a sua morte e posterior ressurreição, Jeshúa reúne-se com seus discípulos para dar-lhes a “grande comissão”, onde lhes deixa a instrução de propagar a sua doutrina a todo mundo (Mateus 18.19).

A tragédia pessoal de Jeshúa converteu-se na pedra angular da doutrina cristã: foi a condição indispensável para acender a fé que convergia em Jesus Cristo. Se o mártir é, ademais, o Messias, então a sua morte expiatória atinge uma transcendência universal, converte-se na consumação da Lei e os profetas: “Assim está escrito que o Cristo padecesse, e ao terceiro dia ressurgisse dentre os mortos; e que em seu nome se pregasse o arrependimento para remissão dos pecados, a todas as nações, começando por Jerusalém” (Lucas 24.46-47).

V. CONCLUSÃO

Os eruditos judeus têm o costume de perguntar-se em aramaico, ao concluir uma questão: “Mai cá mashmd lan?”, ou “Que, pois, diremos a isto?”

O conteúdo do Novo Testamento só se entende em profundidade se considerado dentro da ideologia e tradições do sincretismo religioso do helenismo tardio. Essa afirmação é evidente para quem estuda a religiosidade do século primeiro de nossa era, e como tal, essa tese é hoje uma conquista da ciência histórica e filológica. Não se pode dizer que o Novo Testamento seja uma mera cópia de ideias religiosas anteriores sem a menor originalidade nem peculiaridade.

O cristianismo é uma construção ideológica potente, que tem sabido formar um conjunto que aproveita o que considerava o melhor da melhor religiosidade e misticismo de sua época. Os grupos de ortodoxia do tempo de Jeshúa tiveram receio dele, por ser um jovem sábio, e ademais, consideravam-No uma ameaça aos seus interesses religiosos, pois dia a dia cresciam a sua fama e o número de seus seguidores. É importante realçar que dentro desses grupos religiosos (sacerdotes, escribas e fariseus), houve alguns que o admiraram e o reconheciam como mestre. Entre eles,

destacam-se o fariseu e principal dos judeus, Nicodemos, e José de Arimateia, membro nobre do Sinédrio (João 3.1-15; Marcos 15.43).

Jeshúa nunca pretendeu abrogar ou sequer reformar a lei judia: “Não penseis que vim destruir a lei ou os profetas; não vim destruir, mas cumprir” (Mateus 5.17). Não só os ensinamentos de Jeshúa deixaram impressão na história humana, senão também a sua vida e o conceito que tinha de si mesmo. É inquestionável a importância, direta e indireta de sua pessoa, no contexto da história do cristianismo.

REFERÊNCIAS

DUSSEL, Enrique. “Pablo de Tarso en la filosofía política actual.” **El Titere y el enano. Revista de teología crítica**. 1 (2010): 9-51. Impreso.

PIÑERO, Antonio. **Momentos estelares del mundo antiguo**. Madrid: Sociedad Española de Estudios Clásicos, 2005. Impreso.

SANTALA, Risto. **Pablo, El hombre y el maestro a la luz de las fuentes judías**. Heinola: Bible and Gospel Service, 2005. < http://www.kolumbus.fi/risto.santala/rsla/Paul_Esp.pdf> [Consulta: 6 de março, 2013.]. Livro Digital.

THOMPSON, Charles. **Biblia de referencia Thompson, versión Reina-Valera 1960**. Florida: Vida, 1987. Impreso.

VILLACROSA, Milas. **Yeshua ha-Levi como poeta y apologista**. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1947. Impreso.